



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

INTERVENÇÃO DE JOÃO SILVA NO DEBATE DO ORÇAMENTO E PLANO DA CÂMARA DE SINTRA PARA 2014

Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Senhor Presidente da Câmara, hoje representado pelo Vice-Presidente Rui Pereira

Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores. Sras. E Srs. deputadas e deputados

Minhas senhoras e meus senhores

A situação de emergência social afecta cada vez mais o País e o Concelho de Sintra, fruto das políticas do governo PSD/CDS/Troika. O Concelho de Sintra está a sofrer enormemente com esta situação de mais desemprego, mais pobreza, diminuição do salário real, diminuição das reformas e pensões, de ataque ao estado social e fragilização dos serviços públicos essenciais.

O corte de cerca de 8 milhões de euros que o Orçamento Geral de Estado faz ao Município de Sintra nas transferências do Estado para os Municípios vem ainda dificultar mais a capacidade de resposta do Município a esta grave situação em 2014.

Combate ao desemprego e emergência social devem estar sem dúvida no centro das atenções municipais no próximo ano.

Nos três últimos anos, por esta altura, vim a esta tribuna propor à Câmara que fizesse um plano emergência social e criasse um gabinete de emergência social para responder à crise social que afectava e afecta o Concelho. Mas, nunca obtive sucesso. Por isso, registo com agrado o aumento significativo das verbas para a área social e a proposta do executivo de criação do plano e do gabinete de emergência social.

Senhor Presidente

Em matéria de ação social quero colocar-lhe uma questão relativa à habitação social. Hoje, muitas famílias que se encontram em situação de pobreza extrema não conseguem pagar as rendas sociais e muitas vezes são penalizadas com a chamada renda técnica, muito mais elevada. Ora, se a pequena renda já não é paga, muito menos será a renda técnica. Proponho-lhe que no atual contexto haja uma suspensão da aplicação da renda técnica e que a Câmara, juntamente com as entidades que estão no terreno, analisem caso a caso e ajudem as famílias a refazer o seu plano de vida. O despejo não pode ser a solução.

Senhor Presidente

Gostaria de saber quais são as propostas da Câmara para a reabilitação urbana.

Já conhecemos da anterior Assembleia que haverá um plano para o Centro Histórico de Sintra. E em relação aos outros centros históricos? Como será?

Para nós, o investimento em reabilitação urbana assume grande importância não só para a requalificação urbana, mas também para criar emprego e dinamizar a economia local.

Senhor Presidente

Registamos com agrado as suas preocupações e medidas sobre a situação escandalosa das AUGI que se arrasta ano após ano, deixando mais de 100 bairros sem água, saneamento básico e sem a regularização das urbanizações. Estamos na expectativa que o processo avance e que em 2014 se faça justiça a esses milhares de Sintrenses. Ficamos no entanto, preocupados porque nas Grandes Opções do Plano e no Orçamento não vislumbramos a consumação dessas medidas. Por isso, pedimos informação e solicitamos que a Assembleia Municipal seja envolvida em todo esse processo.

Permita-me ainda colocar-lhe mais algumas questões.

Apesar da grande preocupação da Câmara dever estar centrada na emergência social e no combate ao desemprego, um Município como Sintra não pode limitar-se às questões sociais. É preciso construir o futuro. A revisão do PDM é uma peça importante nesse caminho. Na análise que fizemos às propostas da Câmara não vislumbramos referências à revisão do PDM. Pergunto ao Senhor Presidente, neste domínio, quais são as suas propostas.

Por certo, na última a Assembleia não registou uma pergunta que lhe fiz sobre o Parque de Campismo da Praia Grande e por isso volto a colocar-lha. Sintra não possui equipamentos deste género numa área tão nobre como aquela. Na dinâmica que se

pretende implementar de desenvolvimento da atracção turística, um equipamento destes faz falta, tal como o “Hostel Netto”. Não queremos apenas o turismo de hotéis quatro e cinco estrelas. Queremos turismo para a juventude e todas as camadas sociais.

Por último, nas propostas apresentadas nada vi sobre a intenção de no próximo ano Sintra aderir ao Orçamento Participativo que para ser realidade e mesmo participativo tem que ser preparado com muita antecedência. As últimas eleições mostraram com clareza o afastamento da grande maioria dos e das munícipes da vida política. A abstenção, os votos nulos e em branco são a prova disso. Nós autarcas temos de implementar medidas que tragam a confiança aos munícipes. O Orçamento Participativo, tal com outras formas de participação cidadã, desenvolvidas na agenda 21 local, são na nossa opinião formas de trazer os cidadãos e cidadãs à participação.

Para terminar, quero alertar o Sr. Presidente sobre o cumprimento do estatuto do direito de oposição, pois recebemos as propostas do Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2014, apenas na véspera da reunião da Câmara sem qualquer possibilidade de apresentarmos as nossas propostas. Espero que no próximo ano, com mais tempo, o estatuto seja cumprido.

Mesmo a terminar

Registo, mais uma vez, o nosso agrado por um conjunto de medidas propostas, iremos estar atentos à sua aplicação e desenvolvimento.

O Bloco de Esquerda está nesta Assembleia para trabalhar pela melhoria da vida dos e das sintrenses, apoiaremos tudo o que vier nesse sentido.

No mandato anterior vim a esta tribuna quatro vezes justificar o nosso voto contra ao orçamento e as grandes opções do plano. Desta vez vamos ficar na expectativa e fiscalizar a aplicação das medidas propostas. Não votaremos contra. O nosso voto será de abstenção na esperança de que haja efectivas mudanças.

Sintra, 19 de Dezembro de 2013